MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i24.16652

Suez e o Brasil: perspectivas da diplomacia brasileira no Egito e Israel sobre a nova etapa de um conflito (1956)[1]

Suez and Brazil: perspectives of Brazilian diplomacy in Egypt and Israel on the new stage of a conflict (1956)

Suez y Brasil: perspectivas de la diplomacia brasileña en Egipto e Israel sobre la nueva etapa de un conflicto (1956)

Mateus José da Silva Santos
Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: mateus_santos29@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7726-6136

Resumo: Este artigo discute as leituras políticas sobre o aprofundamento da Crise de Suez a partir dos olhares dos representantes da diplomacia brasileira no Egito e em Israel. Considerando os Relatórios Políticos encaminhados mensalmente ao Rio de Janeiro pela Embaixada Brasileira no Cairo e a Legação do país em Israel, busca-se reconhecer as linhas mais gerais de interpretação emergentes ao longo dos meses que antecederam ao conflito armado, destacando as relações estabelecidas com a Guerra Fria, as expectativas quanto à possível solução diplomática e as estratégias dos principais países envolvidos no episódio. A partir de uma análise qualitativa de tal documentação, argumenta-se que as duas representações diplomáticas brasileiras abordaram o desenrolar da crise enfatizando o seu caráter multifacetado frente às dinâmicas específicas envolvendo conflitos entre Israel e Egito, Israel e os demais Estados Árabes, Egito e as antigas potências coloniais (França e Grã-Bretanha), além da articulação do conflito com os rumos da Guerra Fria. Na condição de atores e, ao

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

mesmo tempo, autores, tais sujeitos evidenciaram os impasses existentes em uma crise que transitava entre o jurídico e o político, além do jogo entre o local, o regional e global.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Relações Brasil – Egito; Relações Brasil – Israel; Crise de Suez.

Abstract: This article discusses the political readings on the deepening of the Suez Crisis from the perspective of representatives of Brazilian diplomacy in Egypt and Israel. Considering the Political Reports sent monthly to Rio de Janeiro by the Brazilian Embassy in Cairo and the country's Legation in Israel, an attempt is made to recognize the more general lines of interpretation that emerged over the months leading up to the armed conflict, highlighting the protected relations with the Cold War, expectations regarding the possible diplomatic solution and the strategies of the main countries involved in the spirit. Based on a qualitative analysis of such documents, it is argued that the two Brazilian diplomatic representations addressed the unfolding of the crisis, emphasizing its multifaceted character in the face of the specific dynamics involving conflicts between Israel and Egypt, Israel and the other Arab States, Egypt and the former colonial powers (France and Great Britain), in addition to the articulation of the conflict with the larger trends of the Cold War. As actors and, at the same time, authors, these subjects highlighted the existing impasses in a crisis that transited between the legal and the political, in addition to the game between the local, the regional and the global.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Brazil – Egypt Relations; Brazil – Israel Relations; The Suez Crisis.

Resumen: Este artículo discute las lecturas políticas sobre la profundización de la Crisis de Suez desde las perspectivas de representantes de la diplomacia brasileña en Egipto e Israel. A partir de los Informes Políticos enviados mensualmente a Río de Janeiro por la Embajada de Brasil en El Cairo y la Legación del país en Israel, buscamos reconocer las líneas de interpretación más generales que surgieron durante los meses que precedieron al conflicto armado, destacando las relaciones establecidas con la Guerra Fría. , expectativas sobre una posible solución diplomática y las estrategias de los principales países involucrados en el episodio. A partir de un análisis cualitativo de dicha documentación, se sostiene que las dos representaciones diplomáticas brasileñas abordaron el desarrollo de la crisis, destacando su carácter multifacético frente a dinámicas específicas que involucran conflictos entre Israel y Egipto, Israel y los demás Estados árabes, Egipto y las antiguas potencias coloniales (Francia y Gran Bretaña), además de la articulación del conflicto con el rumbo de la Guerra Fría. Como actores y, al mismo tiempo, autores, estos sujetos resaltaron los impasses que existían en una crisis que se movía entre lo jurídico y lo político, además del juego entre lo local, lo regional y lo global.

Palabras Clave: Política Exterior Brasileña; Relaciones Brasil – Egipto; Relaciones Brasil – Israel; Crisis de Suez.

Recebido em: 30/12/2022

Aceito em: 11/07/2023

INTRODUÇÃO

Em 9 de Agosto de 1956, a Legação Brasileira em Israel enviava um Ofício para o Ministério das Relações Exteriores contendo algumas informações sobre a conjuntura política naquele país e em seu entorno. No relatório assinado pelo diplomata Nelson Tabajara de Oliveira,[2] um dos pontos apresentados dizia respeito às suas percepções sobre o modo como a nacionalização da Companhia do Canal de Suez foi recebida em Israel. Considerando este tema como "de máximo interesse" do governo israelense (BRASIL/ 132, 1956, p.03), o representante brasileiro naquele país via tais acontecimentos como um tema central para as potências ocidentais e para o próprio Egito, ocupando um espaço central na política regional. Além disso, sem maior aprofundamento, Tabajara Oliveira via como um possível desdobramento do cenário de tensão entre egípcios, europeus e estadunidenses a possibilidade de uma mudança na postura das potências ocidentais para com as demandas de Tel-Aviv.

Do Egito, o embaixador Carlos Maximiliano Figueiredo informara ao MRE dois dias antes de Tabajara Oliveira sobre os eventos ocorridos no país de Gamal Abdel Nasser.[3] Para o diplomata brasileiro, a nacionalização do Canal de Suez em 26 de julho de 1956 criou um verdadeiro impasse (BRASIL/ 266, 1956). Em sua perspectiva, era possível esperar dificuldades para a construção de consenso entre as partes interessadas no tema, além de não estar descartada uma solução armada por parte daqueles que questionavam a legitimidade do processo de nacionalização. Nos meses subsequentes, outros relatórios provenientes das representações brasileiras no Cairo e em Tel-Aviv analisavam e informavam os rumos do aprofundamento de um conflito que culminaria com uma Guerra envolvendo Israel, França e Grã-Bretanha contra o Egito entre outubro e novembro de 1956.

Como parte de um "equilíbrio de terror",[4] a Guerra de Suez foi um marco da política internacional nos anos 1950, apontando para um mundo em transição. A humilhação sofrida pelas antigas potências coloniais e a capacidade de intervenção política de Washington e

2 Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário brasileiro em Israel entre 21/12/1954 e 06/02/1959. Além de passagem pela legação brasileira em Israel, Tabajara de Oliveira serviu em postos do país na Colômbia (1949), Polônia (1959-1961) e Haiti (1962-1964).

3 Embaixador Brasileiro no Egito entre 22/06/1954 e 22/02/1959. Antes dessa passagem pelo país africano, acumulou postos na Suécia (1926), Cuba (1929), Egito (1934), Vaticano (1934), Bolívia (1939-1941), Cuba (1942-1943), Finlândia (1945-1950) e Colômbia (1950-1954).

4 Compreende-se como Equilíbrio do Terror a fase iniciada com a morte de Stalin (1953) e concluída com a crise dos Mísseis (1962), caracterizada pela alternância entre desconfiança e degelo nas relações internacionais. Neste período, além da consolidação dos blocos militares e das crises de Suez e da Hungria, outros fatores como a elevação das tensões envolvendo a situação da Alemanha e as primeiras fissuras nos blocos de poder alimentaria tal cenário pendular (BERNSTEIN; MILZA, 2007).

CC BY NC SA

Moscou representava mais um marco do fim de uma era de dominação europeia no mundo afro-asiático, além de evidenciar o protagonismo das duas superpotências protagonistas na arquitetura política mundial no Pós-Segunda Guerra Mundial. Nas tramas da Guerra Fria, o conflito envolvendo o Egito e a aliança anglo-franco-israelense alimentava os temores de uma catástrofe de proporções mundiais.

Nesse sentido, este texto visa discutir as leituras produzidas pelas representações diplomáticas brasileiras no Cairo e em Tel-Aviv durante o aprofundamento da crise de Suez após a nacionalização da Companhia do Canal. Considerando os Relatórios Políticos produzidos pela Embaixada no Egito e a Legação em Israel, analisaremos como o conflito foi construído a partir dos olhares de brasileiros situados geograficamente em lados distintos, considerando quatro questões centrais: como enxergavam a nacionalização da Companhia do Canal e as reações dos principais Estados interessados nesta medida? Quais relações estabeleciam entre a Crise e a Guerra de Suez com o contexto da Guerra Fria? Quais as consequências vislumbradas acerca dos acontecimentos de 1956 no Oriente Médio para a política internacional? [5] Como viam a posição brasileira diante dos cenários apresentados?

No reconhecimento das principais linhas interpretativas acerca do aprofundamento da crise de Suez a partir das representações diplomáticas brasileiras no Egito e em Israel, busca-se contribuir com as investigações acerca dos processos de aproximação entre o Brasil e o Oriente Médio em meio às transformações na PEB durante os anos 1950. Parte-se do pressuposto que a relativa autonomia das ações brasileiras na região, reflexo da ausência de interesses específicos diante de uma presença relativamente baixa, não impediria o envolvimento direto ou indireto com algumas questões de interesse em nível de regional (SANTOS, 2002). Conforme Danilo Alarcon, temas como "as disputas fronteiriças entre Israel e o Egito, o desenvolvimento desses dois países, e, por fim, a Guerra de Suez (em 1956)" foram objeto de debate entre diferentes atores da sociedade (2021, p. 19), expressando certo esforço de acompanhamento e análise dos dilemas vividos naquela região. Nesse mesmo sentido, propõe-se avaliar como dois diplomatas, situados em lados distintos do conflito, interagiram com tal cenário, desenvolvendo análises mensais sobre a evolução dos acontecimentos e orientando o Rio de Janeiro sobre as principais questões observadas *in loco*.

5 Trabalha-se com a noção de Oriente Médio proposta por Paulo Fagundes Vizentini. Para este autor, um Oriente Médio considerado "propriamente dito" abrange os países da Península Arábica, o Crescente Fértil e o "arco montanhoso do norte" (VIZENTINI, 2014, p.03). Assim, tanto Egito quanto Israel fazem parte desse arranjo.

Ao privilegiar os olhares de sujeitos inseridos em postos diplomáticos de fora do eixo hemisférico e Ocidental, não desconhecemos a importância de pensarmos a Crise de Suez e seu desdobramento também a partir das documentações vinculadas às representações brasileiras nos EUA, Reino Unido e França. Contudo, considerando o fato de Israel e Egito estarem no epicentro do conflito, o material permite uma análise acerca do caráter processual das leituras sobre a situação regional com o aprofundamento da Crise de Suez, tendo em vista a presença do tema nos relatórios encaminhados ao Brasil durante o período entre agosto e dezembro de 1956. Para tal, propõe-se uma abordagem qualitativa, privilegiando a investigação sobre os sentidos atribuídos pelos diplomatas que, na condição de autores e, ao mesmo tempo, atores, buscaram encaminhar para o Rio de Janeiro informações sobre os eventos que envolviam o Cairo e Tel-Aviv.

Para desenvolvermos tal discussão, num primeiro momento enfatizaremos aspectos gerais sobre a trajetória das relações entre brasileiros, egípcios e israelenses, com ênfase para a postura do Brasil diante das crises em nível regional. Em seguida, busca-se traçar os caminhos teóricos e metodológicos para a análise dos Relatórios, considerando o potencial desta fonte para um estudo renovado sobre a História das Relações Internacionais, conectada com a Nova História Política. Por fim, analisar-se-ão as leituras fornecidas pelas representações diplomáticas brasileiras no Egito e em Israel entre agosto e dezembro de 1956, estabelecendo um confronto entre as visões emitidas por brasileiros situados em dois dos principais atores regionais no aprofundamento da crise e na Guerra de Suez.

1 ENTRE EGITO E ISRAEL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O ORIENTE MÉDIO

Na história das relações entre o Brasil e os países do Oriente Médio, com ênfase para as posições sobre os conflitos envolvendo árabes e israelenses, Norma Breda dos Santos (2002) defende a existência de uma equidistância como uma característica de tais interações até o início dos anos 1970. Tal postura encontraria seus principais fundamentos no reconhecimento da distância geográfica, a presença de comunidades árabes e judaicas no país, além de um nível comercial considerado “modesto” com a maioria dos países da região.

Contudo, como adverte a própria autora, a crença em uma equidistância não se confunde com uma postura indiferente perante as questões que permeavam a vida política, social e econômica tanto de árabes como de israelenses (SANTOS, 2002). Mobilizado por princípios ou interesses de curto, médio ou longo prazo, tal região constituía em uma das alternativas de

projeção internacional do país, dentro de uma perspectiva de mundialização e multilateralização da PEB ao longo de décadas, especialmente a partir dos anos 1950.[6]

Apoiando o Plano de Partilha da Palestina em 1947, as posições brasileiras a partir de então se baseavam na afirmação de certa autonomia frente às situações que emergiam dentro da dinâmica do conflito árabe-israelense. Evidências históricas sobre isso podem ser encontradas na abstenção brasileira sobre a entrada de Israel na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1949, no estabelecimento de relações diplomáticas com Tel–Aviv somente em 1952, na contínua defesa da internacionalização de Jerusalém e na proteção dos lugares santos e no fim das restrições à circulação de navios com destino a Israel a partir do Canal de Suez e do Golfo de Ácaba.[7] Os quatro temas em questão mostram a capacidade de ação e decisão brasileira com relação aos temas relacionados ao Oriente Médio, possibilitando a demarcação de "posições equitativas e de compromisso" (SANTOS, 2002, p. 265).[8]

No tocante às relações bilaterais, brasileiros e egípcios possuem interações que remontam ainda ao período imperial. Além das viagens de D. Pedro II ao país (1871 e 1876), a existência de um Consulado em Alexandria e outros interesses como a expansão do mercado do café mobilizaram alguns contatos ao longo do século XIX (FERREIRA, 2019). Considerando a fase dos Estados independentes, as relações formais foram estabelecidas em 1924 (MAJZOUB, 2000).[9] Mesmo diante da ênfase atribuída na Política Externa Independente ou ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970 como dois dos momentos de maior aproximação entre bra-

6 Compreende-se como multilateralização a "busca de novos espaços regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais (que não são interrompidos), de atuação política e econômica da diplomacia brasileira" (VIZENTINI, 2004, p.10). Na construção de alternativas frente à prioridade atribuída às relações hemisféricas, tanto a multilateralização quanto a mundialização da PEB se encaminhavam no sentido de levantar novas bases para a projeção exterior do país, bem como ampliar geograficamente a ação internacional. Concordamos com Paulo Fagundes Vizentini ao identificar nos anos 1950 o início desse esforço, relacionado com as novas demandas sociais, econômicas e políticas do país e impulsionado pelas mudanças no sistema internacional.

7 Conforme Ziemath (2016), Israel se queixara sobre o confisco de mercadorias por parte do Egito quanto aos navios que circulavam por Suez. O Brasil apoiou a posição de que não havia um estado de guerra entre os dois países, discordando das posições egípcias e favorecendo a argumentação israelense.

8 Comentando o histórico das posições brasileiras sobre o Oriente Médio no Conselho de Segurança da ONU durante o biênio 1954-1955, Gustavo Ziemath afirma que "O Brasil dava mostra, assim, de que, na questão envolvendo egípcios e israelenses, não se posicionava abertamente em favor de parte alguma, mas sim, dos princípios basilares de sua identidade internacional, fosse a do respeito ao direito internacional, em relação à postura egípcia, fosse a do pacifismo, como base para repudiar ataques armados israelenses (ZIEMATH, 2016, p.39-40).

9 Conforme Danillo Alarcon (2021), a representação diplomática do Brasil no Cairo chegou a ser desativada em duas oportunidades ao longo dos anos 1930. Entre 1930 e 1933, o então governo Vargas teria transferido "para a legação na Turquia as responsabilidades das relações com o Egito" (ALARCON, 2021, p.90). Durante a segunda metade da mesma década, houve um novo momento de ausência de uma representação em solo egípcio, somente sendo recuperada em 1941.

sileiros e egípcios,[10] cumpre destacar a existência de importantes contatos entre os dois países nos anos 1950,[11] tanto em fóruns multilaterais, quanto do ponto de vista bilateral.

Troca de honrarias entre Getúlio Vargas e o Rei Farouk, o interesse do então monarca egípcio em ter o apoio brasileiro na extensão de seu título como rei do Sudão, a possibilidade de seu exílio no Brasil e (SANTOS, 2019), anos depois, a participação brasileira na Força de Emergência das Nações Unidas (1957-1967) fizeram parte do histórico de relações entre os dois países. Em meio aos ensaios universalistas da PEB nos anos 1950, um primeiro movimento de aproximação do Brasil com os países do Oriente Médio ainda no governo Vargas rendeu a elevação da legação brasileira no Cairo ao nível de embaixada em 1953. Anos depois, no governo JK, novas iniciativas em direção àquela região marcariam a PEB em seu esforço de diversificação de parcerias. Conforme Ricardo Wahrendorff Caldas (1996), o Brasil assinou diversos Acordos Culturais com países da região, incluindo o Egito em 1960.[12] Tais iniciativas brasileiras visavam "aumentar sua presença no Oriente Médio, por meio da divulgação de sua cultura, como livros, filmes, peças de teatro e intercâmbio de professores e intelectuais" (CALDAS, 1996, p.143). Ainda que tal esforço não refletisse de imediato nos níveis comerciais, não se pode descartar o peso desses acenos em direção ao Egito, num momento em que este ocupara um importante lugar na arquitetura política do Mundo Árabe e mesmo entre os países do chamado bloco afro-asiático.

Sobre as relações entre Brasil – Israel, para além dos aspectos já destacados, cumpre ressaltar que inicialmente a América Latina não foi uma prioridade da Política Externa israelense. Segundo Jonathan Grossman (2012), as dificuldades materiais no estabelecimento de Missões Diplomáticas israelenses no exterior culminaram numa política relativamente tímida em direção à maior parte do continente americano. Contudo, tal cenário se alteraria entre a segunda

10 Segundo José Flávio Sombra Saraiva (1996), apesar da ênfase da política africana do Brasil na África Negra, o Egito foi o principal Estado da África do Norte no processo de aproximação com aquele continente. Em outra oportunidade, evidenciamos as condições de aproximação existentes entre os dois países a partir do governo Jânio Quadros, considerando o interesse do próprio presidente e sua concepção do Egito enquanto um parceiro estratégico do Brasil (SANTOS, 2022).

11 Um episódio digno de nota foi a postura brasileira diante da tentativa egípcia de levar sua crise com os ingleses para o Conselho de Segurança da ONU. Ocupando uma cadeira no mandato temporário do organismo, o Brasil seguiu a maioria dos países apoiando a continuidade nas negociações entre os dois países. Apenas três Estados votaram favoravelmente à demanda egípcia (Polônia, URSS e Síria).

12 Assinado em 17 de maio de 1960, o Acordo Cultural entre Brasil e República Árabe Unida (Estado fruto da união entre Síria e Egito que existiu entre 1958-1961) estabelecia como principal objetivo "promover e desenvolver, por meio de uma colaboração amistosa, as relações entre os dois países, nos domínios do ensino, da ciência, das letras e das artes" (ACÔRDO, 1960, p.1-2). Dentre as principais medidas estipuladas, encontravam-se o envio de professores, o fornecimento de bolsas de estudo e a formação de uma cátedra de português e literatura brasileira em universidades da RAU e uma cátedra de língua e literatura árabe em universidades brasileiras.

CC BY NC SA

metade dos anos 1950 e o início de 1960. Além da assinatura de um Ajuste Comercial (1956) e um Acordo Cultural (1960) (CALDAS, 1996), a Legação Brasileira em Tel-Aviv foi elevada ao nível de Embaixada em 1958. Nas tentativas de contornar um possível isolamento internacional após a Guerra de Suez e a necessidade de apoio em fóruns multilaterais estimularam a diplomacia israelense a expandir seus horizontes de atuação (SHLAIM, 2004; GROSSMAN, 2012). Nesse contexto, medidas como a oferta de cooperação técnica para países em desenvolvimento, como no caso brasileiro, foram armas de Tel-Aviv para o estreitamento de laços com outros Estados. Atos como a visita da então Ministra Golda Meir em 1959 no Brasil e, três anos depois, de Francisco Clementino de San Tiago Dantas a Israel denotam esse processo de aproximação entre os dois Estados (GROSSMAN, 2012).

No traçado de um relacionamento emergente, brasileiros, israelenses (em sua maioria judeus) e egípcios também foram influenciados pelos processos migratórios. Centenas de egípcios entraram no Brasil entre 1884 e 1939 (LESSER, 2015). No Pós-Guerra, com o avanço de políticas de nacionalização do trabalho e a crescente tensão envolvendo egípcios nativos e as comunidades cosmopolitas que viviam em grandes cidades como Cairo e Alexandria estimularam um novo fluxo migratório. Judeus, Cristãos Católicos e Cristãos Ortodoxos recorriam à Embaixada Brasileira no Cairo para obterem vistos para entrada no país. Estima-se que entre 1955 e 1959 um total de 1462 naturais do Egito entrou no Brasil, número mais elevado desde 1919 (DECOL, 1999). Enquanto muitos carregavam consigo a esperança de poder recomeçar suas vidas no Brasil, a representação diplomática brasileira alimentava a expectativa de conquistar mão-de-obra considerada qualificada para o país e capaz de se inserir na sociedade brasileira (SANTOS, 2021).

Apesar de distantes geograficamente, Israel e Egito começavam a fazer parte das rotas diplomáticas brasileiras, tendo em vista a possibilidade de ampliação da ação exterior a partir de uma perspectiva mundializante e multilateralizante. Além disso, aspectos como a recepção de migrantes e a participação nos esforços de paz a partir da Força de Emergência das Nações Unidas (FENU) evidenciam também um interesse em se tornar um ator mais influente naquela região,[13] valorizando uma dimensão autônoma de atuação. Diante disso, um tema como o aprofundamento da Crise de Suez interessava as representações brasileiras no Cairo e em Tel-Aviv, fazendo desse episódio um dos temas centrais nas comunicações com o Ministério das

13 De acordo com Mônica Herz e Andreia Hoffman, a experiência da Força de Emergência das Nações Unidas (FENU) se tornou inovadora ao introduzir o conceito de "operação de manutenção de paz". Na caracterização de tais autoras, esse tipo de operação reúne "um contingente maior, armado para a autodefesa, tendo como função principal a interposição entre forças hostis" (HERZ; HOFFMAN, 2004, p.101), objetivando a estabilização e a vigilância dos acordos efetuados entre forças beligerantes.

Relações Exteriores entre agosto e dezembro de 1956.

2 ENTRE A HISTÓRIA DIPLOMÁTICA E A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: FORMAÇÃO DE NOVAS ABORDAGENS

Enquanto um "complexo dado empírico" (MARTINS, 2012, p.74), as relações internacionais foram um objeto antigo da História. Desde a antiguidade, com obras da tradição grega até a chamada História Diplomática no século XIX, passando pela História dos Tratados na era moderna, as relações entre diferentes Estados, sociedades e demais atores do sistema internacional impulsionaram a produção de historiadores ou demais profissionais que se dedicaram a este ofício.[14]

Construída ao longo do século XX, a renovada História das Relações Internacionais se afirmou a partir da distinção da História Diplomática. Esta última considerada como "protótipo da História institucional" (GONÇALVES, 2007, p.16), caracterizava-se pelo protagonismo das fontes ditas oficiais e escritas, além dos métodos positivistas. Seguindo outro caminho, a História das Relações Internacionais, influenciada especialmente pelos estudos franceses de Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin, destacou-se pela ampliação no conceito de fonte, indo além dos documentos produzidos no âmbito da estrutura do Estado (GONÇALVES, 2007).[15] Conforme Williams Gonçalves (2007), tal modalidade de estudo da História também se notabilizou pela produção de hipóteses de estudo e a diversificação de seus métodos. Outra marca residiu na preocupação com a totalidade:

> A História das Relações Internacionais abarca a atuação não apenas dos estadistas, mas também de indivíduos, instituições e empresas privadas, partidos políticos, igrejas, movimentos culturais e de opinião, entre tantos outros atores não tradicionais. Assim, numa visão de totalidade, seu enfoque não pode ser outro senão o multi-

14 Conforme Fred Halliday, as relações internacionais se fundamentam ao menos por três tipos de interação entre os seus mais diversos atores: "as relações entre os Estados, as relações não-estatais ou relações transnacionais (através das fronteiras) e as operações do sistema como um todo, dentro do qual os Estados e as sociedades são os principais componentes" (HALLIDAY, 2007, p.15).

15 Convém lembrar que a constituição da História das Relações Internacionais não se deveu apenas as contribuições francesas. Conforme José Flávio Sombra Saraiva (2008), o desenvolvimento desse tipo de História em diferentes países se deu também a partir de movimentos autônomos. No Brasil, por exemplo, sem desconsiderar as influências francesas e inglesas no curso do desenvolvimento da História das Relações Internacionais, o autor destacou a importância de uma tradição brasiliense, composta por autores como Moniz Bandeira, Amado Cervo, dentre outros. Tais sujeitos se caracterizaram pelo "aperfeiçoamento da área", inserindo-se criticamente numa linha de estudos que remonta ainda ao início do século XX a partir de autores como Pandiá Calógeras, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho e José Honório Rodrigues.

> disciplinar, associado às noções de economia, geografia, sociologia, ciência política, psicologia social e cultural, dentro de um enfoque histórico (VIZENTINI, 2004, p.14).

Dentro dessa perspectiva, a História das Relações Internacionais ampliou as possibilidades analíticas ao incorporar novos sujeitos, temas, fontes e métodos. Ao dialogar com outras disciplinas e subáreas, conceitos consagrados em seu estudo também adquiriram contornos muito mais complexos. Um deles foi a Política Externa. Concebida enquanto uma política pública, a Política Externa corresponde ao "conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente, o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos" (PINHEIRO, 2004, p.07), considerando tanto a interação entre os atores sociais em nível doméstico quanto as dinâmicas do próprio sistema internacional. Nessa equação, perspectivas mais renovadas apontam para a necessidade de uma compreensão da dimensão política das relações exteriores, capaz de reconhecê-la enquanto um campo de disputa entre diferentes sujeitos e organizações (GONÇALVES; PINHEIRO, 2020).

Em diálogo com uma História Política Renovada, a História das Relações Internacionais se destacou a partir das preocupações estabelecidas com o ambiente interno dos Estados e a inserção dos aspectos sociais, bem como ressaltou a importância dos aspectos externos para os historiadores (MILZA, 2003). Contudo, a conexão entre esses dois tipos de História possui consequências do ponto de vista teórico-metodológico. Tendo a transformação na História Política proposto "redefinir alguns dos antigos objetos" (FALCON, 1997, p.120),[16] um olhar para a circulação de informação e opinião entre as Embaixadas do Brasil em Israel e Egito frente ao MRE adquire novos sentidos ao valorizarmos a dimensão da construção da crise e da Guerra de Suez a partir dos olhares dos sujeitos inseridos nesses espaços institucionais. A cobertura dos eventos envolvendo Egito e Israel ao longo do ano de 1956 foi realizada a partir de um processo que reúne observação, seleção e edificação de narrativas sobre os fatos ocorridos em Suez.

Privilegiando os documentos referentes às Representações Diplomáticas brasileiras no Cairo e em Tel-Aviv, consideraremos a construção de informação e opinião sobre a Crise e a Guerra de Suez a partir dos Relatórios encaminhados ao Itamaraty.[17] Na diversidade das formas de comunicação da diplomacia brasileira, os Ofícios eram "remetidos pelas Embaixadas,

16 Outro autor a destacar os novos sentidos atribuídos para antigos objetos da História Política dita tradicional foi José D'Assunção Barros (2004). Em sua visão, "A Guerra, a Diplomacia, as Instituições ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder – tudo isso começa a retomar a partir do final do século com um novo interesse" (BARROS, 2004, p.107-109).

17 A partir dos Ofícios das representações diplomáticas brasileiras em Tel-Aviv e Cairo, identificamos a existência de diferentes tipos de Relatórios para o ano de 1956. Com a relação ao Egito, além dos Relatórios Políticos, destacavam-se também os Relatórios Econômicos, Militares e Culturais. No caso israelense, verificamos apenas os Relatórios Políticos e Econômicos. Para fins dessa discussão, priorizaremos os Relatórios Políticos.

Consulados e Representações Brasileiras no Exterior" (PENNA FILHO, 1999, P.118), alimentando o MRE com informações e opiniões sobre a conjuntura de um determinado país ou região, notícias extraídas dos veículos de imprensa local e outros documentos próprios da burocracia do Itamaraty e de outros órgãos do governo brasileiro, como, por exemplo, a solicitação de vistos para entrada no país.

Para esse estudo, foram selecionados dez relatórios produzidos entre agosto e dezembro de 1956, sendo cinco oriundos da Embaixada Brasileira no Egito e outros cinco da Legação Brasileira em Israel. A prioridade atribuída aos Relatórios de natureza política se justifica a partir do reconhecimento de seu potencial analítico acerca das repercussões em nível regional da crise, das conexões entre os impasses registrados em Suez e o cenário da Guerra Fria, das possibilidades de uma saída negociada entre o Egito, as Potências Ocidentais e Israel, além do jogo envolvendo a produção de balanços mensais e as expectativas a partir do desenrolar dos fatos.

Quadro 1: Relatórios Políticos

Embaixada Brasileira no Egito		**Legação Brasileira em Israel**	
Mês de Referência	**Data**	**Mês de Referência**	**Data**
Nº 7 – Julho	7 de Agosto de 1956	Nº 7 – Julho	9 de Agosto de 1956
Nº 8 – Agosto	12 de Setembro de 1956	Nº 8 – Agosto	10 de Setembro de 1956
Nº 9 – Setembro	10 de Outubro de 1956	Nº 9 – Setembro	8 de outubro de 1956
Nº 10 – Outubro	26 de Novembro de 1956	Nº 10 – Outubro	3 de Novembro de 1956
Nº 11 e 12 – Novembro e Dezembro	18 de Dezembro de 1956	Nº 11 – Novembro	9 de Dezembro de 1956

Fonte: Formulado pelo Autor com base em documentação coletada no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Reunindo uma ou mais considerações sobre a situação política em nível local ou regional a partir do Estado onde se encontrava a representação diplomática brasileira, os Relatórios se caracterizam pela produção de leituras relativamente curtas, objetivando a informação sobre acontecimentos considerados relevantes para o MRE. Tal procedimento representava a execução de uma das quatro formas de obtenção de informação sobre o estrangeiro, segundo Jean-Baptiste Duroselle (2000). Para este autor, a informação diplomática "se beneficia de um encaminhamento secreto, graças aos telegramas cifrados e à mala diplomática" (DUROSELLE,

2000, p.119). Não sendo um ato de espionagem e indo mais além da chamada informação aberta,[18] esse tipo de comunicação privilegiava a vinculação de impressões heterogêneas, acompanhadas de detalhes conseguidos pelas representações diplomáticas nos países de atuação.

Nesse exercício, estabelece-se uma análise qualitativa da documentação produzida pelas duas representações diplomáticas do Brasil. Conforme Antonio Chizzotti, a chamada pesquisa qualitativa consiste num recurso metodológico heterogêneo e transdisciplinar, responsável, dentre outras coisas, pelo "estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles" (CHIZZOTTI, 2003, p. 221). Nesse procedimento, ao estabelecer relações entre os fatos trabalhados pelos autores, a conjuntura internacional e as características da PEB na segunda metade dos anos 1950, avança-se no reconhecimento da possibilidade de um trato partilhado de tais Relatórios que, ao saírem do relativo isolamento proposto por uma produção de natureza mensal, apresentam aspectos que permitem uma investigação sobre as linhas mais gerais da cobertura proposta pelas representações diplomáticas diante de uma crise com implicações regionais e globais.

Assim, por meio de uma crítica histórica, manifestações do funcionamento de uma burocracia especializada se tornam monumentos, no sentido proposto por Jacques Le Goff (2013). Longe de constituir matéria passível de naturalização, tal documentação é também "produto da sociedade que [a] fabricou segundo as relações de forças que aí detinham poder" (GOFF, 2003, p. 536). Dessa forma, busca-se avaliar as principais questões que permearam a produção de um conjunto de informações e opiniões sobre Suez e seus possíveis desdobramentos, avaliando as formas de interação entre um ator desprovido de objetivos específicos diante da contenda, como no caso do Brasil, e um episódio que se revelaria potencialmente relevante para as transformações no jogo da Guerra Fria ao indicar, ao mesmo tempo, os limites geopolíticos de atuação das grandes potências coloniais e a possibilidade de uma relativa convergência entre as superpotências, mesmo que diante de objetivos distintos.

A partir desses Relatórios, as representações brasileiras no Egito e em Israel alimentavam

18 De acordo com Jean-Baptiste Duroselle, a informação aberta "é a que permite ou tolera o Estado estrangeiro" (DUROSELLE, 2000, p.118). Além desta e da informação diplomática, o autor considera ao menos mais duas formas de obtenção de informação sobre o estrangeiro. A informação clandestina se caracterizada pela mobilização de serviços e atividades secretas, enquanto que a informação via satélite faz uso do recurso citado como instrumento para reconhecimento de questões que permeiam a vida de um determinado Estado ou de uma sociedade.

o Rio de Janeiro com informações sobre o aprofundamento da Crise de Suez. Enquanto uma "sobreposição de três conflitos" (SALGADO NETO, 2012, p.87),[19] tal crise possuiu um espaço de relevo no interior de um momento de transformação do sistema e da ordem internacional. Alimentando os temores daqueles que enxergavam a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial, Suez evidenciou uma cisão pontual dentro do bloco de poder capitalista liderado pelos EUA e a capacidade de intervenção das superpotências ao constrangerem dois antigos Impérios Coloniais e um Estado ascendente no Oriente Médio. Do Cairo e de Tel-Aviv, medo, expectativa e esperança se misturavam em curtos relatos, fruto dos olhares de quem viveu de perto meses de tensão em todo o Oriente Médio.

3 OLHOS BRASILEIROS EM SUEZ: DO APROFUNDAMENTO DA CRISE À GUERRA.

Naquele que seria um dos grandes passos da política de desenvolvimento egípcia após a derrubada da Monarquia em 1952, a necessidade de recursos para a construção da barragem de Assuã foi tida por boa parte da historiografia sobre a Crise de Suez como um dos motores para a nacionalização da Companhia do Canal. Futuro símbolo de um Egito Moderno, tal barragem estava nos planos do governo egípcio enquanto peça vital para o aumento das áreas cultiváveis e a elevação na produção de energia elétrica no país (GOLDSCHMIDT JR, 2008; DAWISHA, 2016).

Enquanto uma das agendas de interesse do Cairo no plano externo, a construção de Assuã inicialmente contaria com financiamentos conquistados junto ao Banco Mundial e recursos anglo-estadunidenses. Contudo, inserida num contexto de ampliação dos descompassos entre o Egito, Grã-Bretanha e EUA,[20] a retirada da oferta de auxílio foi vista com desaprovação

19 Conforme Luiz Salgado Neto (2012), a chamada Crise de Suez pode ser compreendida a partir da lógica de sobreposição de três conflitos (Árabe-Israelense, lutas anticoloniais e a Guerra Fria), envolvendo três categorias de Estados: atores regionais (Egito e Israel); Impérios Coloniais (Grã-Bretanha e França) e Superpotências (Estados Unidos e URSS). Dentro dessa perspectiva, a nacionalização da Companhia do Canal de Suez é vista como mais um movimento de deterioração nas relações entre egípcios, britânicos, franceses e israelenses, não podendo ser apontada como um marco inicial para tal Crise. Dialogando com essa afirmação, propomos o uso da categoria "aprofundamento" para designar o período de elevação das tensões em decorrência da nacionalização anunciada por Nasser em 26 de Julho de 1956.

20 Diversos fatores podem ser elencados no processo de deterioração das relações entre Egito e Estados Unidos. Dentre os principais, podemos destacar a recusa egípcia em participar de um pacto de segurança regional dentro da estratégia de contenção soviética no Oriente Médio, a recusa estadunidense em estimular a modernização do exército egípcio, a participação de Nasser em Bandung, as ressalvas de Dulles quanto ao neutralismo nas relações exteriores, o reconhecimento da China Comunista por parte do governo do Cairo e a negociação com Moscou para a compra de armas via Tchecoslováquia.

por parte do governo de Nasser. Apesar da curta distância temporal entre tal ato e a nacionalização da Companhia do Canal, a decisão de Nasser teria sido calculada. Conforme Adeed Dawisha (2016), o líder egípcio não acreditava numa intervenção militar francesa diante da situação de Guerra na Argélia. Com relação aos britânicos, via uma fragilidade geoestratégica, considerando insuficientes os efetivos militares britânicos no Oriente Médio e na África Oriental. Sobre os Estados Unidos, também não enxergava possibilidade de intervenção militar, mas via como possíveis retaliações de natureza econômica ou financeira ao Egito. Suas projeções não abarcavam a possibilidade de intervenção israelense. A movimentação dos atores em questão ao longo dos meses de julho a dezembro mostraria que Nasser estava errado na maioria das previsões.

Os contornos de uma Crise que não se resumia ao ambiente regional foi um dos pontos centrais nos relatórios encaminhados pela Embaixada Brasileira no Cairo. Intitulado como Mês político nº7, o tema da nacionalização ocupou a maior parte das impressões registradas sobre o Egito em um dos relatórios encaminhados no mês de agosto, repercutindo os acontecimentos naquele país em julho. Manifestando ceticismo quanto à possibilidade de construção de uma resolução rápida entre os atores interessados na questão, o texto assinado pelo embaixador Figueiredo chamava atenção para a existência de uma situação complexa envolvendo o Canal, dividida em duas dimensões: a jurídica e a política. Se do ponto de vista jurídico a questão colocada era a verificação dos estatutos da Companhia, as mudanças de registro entre a *Compagnie Universelle du Canal Maritime de Suez* e a *Société Anonyme Egyptienne*, a dimensão política parecia ainda mais distante de ser resolvida:

> Mais difícil, porém, será resolver o problema político, porquanto deverão ser tomados em consideração seus dois fatores fundamentais: o primeiro consiste em que a Grã-Bretanha e a França e, provavelmente, os Estados Unidos da América – além de uma maioria de outros Estados participantes da Conferência – parecem dispostos a só aceitar, ou a preferir, uma gestão internacional do Canal de Suez, idéia essa que é diametralmente oposta à que empolga o Gôverno do Presidente Gamal Abdel-Nasser, razão por que não será fácil conciliar os dois pontos de vista enunciados nas linhas acima, a não ser que os Ocidentais concordem em entregar a sua Administração ao Egito, desde que êste país assuma o compromisso de, periódicamente, prestar contas à Organização que seja escolhida para fiscalizar a execução dêsse eventual Acôrdo, por exemplo: a ONU. O segundo fator é ainda mais importante e de consequências mais pesadas: como os atuais Govêrnos de Londres e de Paris terão decidido tomar posição contrária à política recentemente proclamada pelo Gôverno do Cairo, de fortalecer e de reunir os países árabes, 'do Oceano Atlântico até o Golfo Pérsico', será de esperar-se que os debates respectivos tomem vulto excessivamente âmplo, o que contribuirá para que surjam novas questões, conexas, que sombrearão e retardarão as discussões, desorientarão os propósitos específicos da Conferência e poderão, mesmo, provocar profundo conflito Leste-Oeste (BRASIL/ 266, 1956, p.03).

CC BY NC SA

Do ponto de vista político, a opinião expressa no Relatório reforçava as desconfianças das potências capitalistas sobre a soberania egípcia diante de um ponto de conexão estratégico como o Canal de Suez, mas também aprofundava a compreensão sobre a nacionalização e seus efeitos ao relacioná-la com as tensões preexistentes entre Egito, França e Grã-Bretanha. Antigas potências coloniais no Oriente Médio e no Norte da África, a já decadente posição de Londres e Paris na região encontrava como um dos fatores de preocupação o protagonismo de Gamal Abdel Nasser no fortalecimento do nacionalismo árabe. Na condição de ator mais importante em nível regional, o engajamento egípcio no apoio aos movimentos de libertação no norte da África, em especial na Argélia, incomodava os franceses que superdimensionavam o peso de Nasser no abastecimento dos grupos nacionalistas (MARSOT, 2007).[21] Frente aos britânicos, o crescimento do nacionalismo árabe pressionava ainda mais as monarquias conservadoras aliadas de Londres para uma política autônoma em nível regional. Além disso, por meio da *Voz dos Árabes*, Nasser denunciava o Pacto de Bagdá,[22] peça integrante da política de contenção soviética e do papel britânico em nível regional.

Contudo, uma breve passagem sobre os possíveis rumos da Crise contemplaria uma alternativa militar. Surpreendentemente, na visão da Embaixada Brasileira no Egito, o entusiasmo egípcio pela nacionalização foi considerado elevado a tal ponto de sua população estar preparada "militarmente para enfrentar quaisquer medidas de caráter coercitivo" sugeridas por um ou mais Estados participantes da Conferência de Londres (BRASIL/ 266, 1956, p.01).[23] Neste sentido, o relatório chamava atenção, ainda que de forma pontual, para a possibilidade de fracasso de uma negociação pacífica, estando os egípcios cientes das diferentes possibilidades colocadas no xadrez político envolvendo Suez.

21 Apesar da posição de destaque do Egito entre os Estados defensores da independência Argelina, contribuindo, de acordo com Hrbek (2010, p. 161), com o fornecimento de armamento, a prestação de informação militar e a concessão de financiamentos, o real nível de auxílio do Cairo ainda permanece como um objeto controverso na historiografia. Conforme Luiz Salgado Neto, "o apoio moral foi inegável" (SALGADO NETO, 2012, p.95), mas a destinação de recursos militares à Frente Nacional de Libertação, objeto das críticas francesas, não teria sido suficientemente comprovada.

22 Reunindo inicialmente Iraque e Turquia, mas depois se estendendo ao Paquistão, Irã e Grã-Bretanha, o Pacto de Bagdá representou uma espécie de acordo de segurança regional, constituído essencialmente por governos conservadores no Oriente Médio, além dos britânicos, potência com históricos interesses na região (DAWISHA, 2016). Apesar de não fazer parte formalmente do acordo, interessava aos EUA tal arranjo, tendo em vista a ampliação da estratégia de contenção ao comunismo em direção cada vez mais próxima das fronteiras da União Soviética.

23 Ocorrida em Agosto de 1956, a Conferência de Londres foi uma iniciativa das potências ocidentais em buscarem uma solução para a nacionalização do Canal de Suez. Entre as muitas manobras diplomáticas voltadas para a contenção de Nasser, uma sugestão emergente nesse contexto foi a proposta de "criação de uma companhia internacional para gerenciar o Canal" (ALARCON, 2021, p.194).

Possuindo destaque muito menor, as opiniões emitidas pela Legação Brasileira em Israel chamavam atenção para a posição daquele país diante do aprofundamento da Crise com a nacionalização da Companhia do Canal. Para a representação brasileira em Tel-Aviv, o governo israelense acompanhou "com máximo interesse" o episódio e seus desdobramentos (BRASIL/ 132, 1956, p.03). Como consequências para Israel, a possibilidade de secundarização da situação da Palestina e a perspectiva de mudança nas relações bélicas entre o Ocidente foram aspectos citados no texto assinado por Nelson Tabajara de Oliveira.

Além de considerações mais gerais, um tema em específico mobilizava os israelenses na visão da Legação:

> Fontes israelenses têm aproveitado a ocasião para lembrar que há quase dez anos vem o Egito violando o direito de livre navegação no Suez, ao impedir a passagem de barcos israelenses e fiscalizar a de navios de qualquer nacionalidade que se destinem a Israel. Tais afirmações vêm encontrando poucas repercussões, uma vez que poderiam reforçar a opinião egípcia de que a nacionalização é um assunto de direito privado, independente da liberdade de passagem pelo Canal. Na verdade, êsse direito vem sendo negado a Israel nos últimos anos, apesar de ser a exploração do canal concessão de uma companhia internacional (BRASIL/ 132, 1956, p.03).

Incidindo sobre o contexto de acirramento da Crise de Suez, a representação diplomática brasileira em Israel via certo fracasso do país em incluir suas queixas sobre a dificuldade de circulação de navios pelo Canal. Enquanto uma agenda que se estendia ao menos desde o início dos anos 1950, Tel-Aviv tentou contornar tal situação tanto pela via multilateral, levando o tema para o Conselho de Segurança da ONU, quanto em conversações secretas com o próprio Egito. Nos contatos entre os Oficiais Livres e autoridades israelenses no exterior, Israel colocou como um dos temas de interesse para a melhora nas relações com o vizinho africano a suspensão "das restrições à travessia dos petroleiros israelenses pelo Canal de Suez e pelo Golfo de Ácaba" (SHLAIM, 2004, p.123). Com o pouco avanço nas negociações entre as partes, o acesso israelense às vias vitais para seu comércio exterior permanecia como uma pauta importante nas articulações políticas dentro de um contexto de crise.

Apesar de não avançar sobre as demais dimensões da Crise de Suez, em especial, sua articulação com a Guerra Fria e a luta anticolonial, o Mês Político nº 7 da Legação Brasileira em Israel citava a posição francesa diante do desejo de Tel-Aviv em reverter os bloqueios em Suez e Ácaba. Segundo o texto, Paris, "no entanto, têm-se revelado simpática ao ponto de vista israelense, afirmando que a liberdade de navegação deveria estender-se a todos os países, inclusive Israel" (BRASIL/ 132, 1956, p.03). A sugestão de uma aproximação de posição entre Israel

CC BY NC SA

e França se inseria num contexto de importantes contatos entre os dois países. Classificando como "conexão francesa" (SHLAIM, 2004, p.212), Avi Shlaim afirma que a aproximação se tornou uma alternativa para os israelenses diante das dificuldades de obtenção de armas com os EUA. Tais contatos também se tornaram mais estreitos com o avanço do conflito na Argélia. Na crítica ao apoio de Nasser aos rebeldes argelinos, o Egito se tornou um inimigo compartilhado por Tel-Aviv e Paris (SHLAIM, 2004). Diante desse quadro, a afirmação da Legação não deixava de situar em uma importante colaboração na construção de uma visão do aprofundamento da Crise a partir das suas múltiplas dimensões.

O bloqueio aos navios israelenses ou estrangeiros em direção àquele país continuaria a ser tema dos relatórios encaminhados pela Legação Brasileira em Israel nos meses seguintes. Contudo, emergiram contradições. No Mês Político nº8, a postura do governo israelense frente ao aprofundamento da Crise de Suez foi classificada como de "expectante calma" (BRASIL/145, 1956 p.01), contrariando o dito no mês anterior acerca da tentativa de levar o tema da circulação em Suez e em Ácaba para as discussões mais gerais que envolviam o Canal. Tal postura, contudo, não era vista como sinônimo de desinteresse. No texto assinado por Tabajara, a justificativa para a discrição israelense residia no "desejo de não tornar mais complexa a crise" (BRASIL/145, 1956, p.01), tendo em vista as expectativas sobre sua resolução.

Após afirmar que Israel não se opusera à nacionalização do Canal, mas tinha como preocupação primeira a garantia da livre circulação de embarcações, o relatório citou as nocivas consequências do bloqueio para a economia israelense, além dos aspectos jurídicos e políticos mobilizados pelo Egito para manter sua posição durante tantos anos. Suas conclusões quanto ao futuro da suposta paciência de Tel-Aviv foram relativamente pessimistas:

> Agora, como já foi mencionado, a política do Govêrno é a de manter-se em observação, à espera de um momento oportuno para procurar obter por via diplomática o seu direito de navegação no canal, embora exista grande ceticismo quanto à possibilidade de isto vir a ser conseguido, depois que Israel deixou de ser convidado para a Conferência de Londres sôbre Suez (BRASIL/145, 1956, p.02).

Não se inserindo nas discussões formais entre os demais atores internacionais acerca do futuro do Canal de Suez, as possibilidades israelenses em conquistar uma posição favorável quanto às suas reivindicações foram vistas com cautela por parte das potências Ocidentais. Nesse sentido, apesar de divergirem quanto ao modo como Israel agiu no contexto do aprofundamento da crise, os relatórios de agosto e setembro convergiam quanto às dificuldades de Tel-Aviv em garantir apoio e defender suas posições nos espaços institucionais sobre Suez.

Tal conclusão seria reafirmada no Relatório encaminhado em outubro, dessa vez com maiores detalhes quanto à interação de Israel com outros atores.

No Mês Político nº9, a "expectante calma" relatada no relatório anterior daria lugar ao engajamento da diplomacia israelense junto a outros atores interessados e partícipes do esforço de construção de uma solução sobre Suez:

> O Govêrno de Israel tendo-se convencido, depois da ausência de convite para se fazer representar na primeira Conferência de Londres sôbre Suez, de que nenhuma iniciativa tomariam de moto próprio as grandes potências – apesar das declarações de princípio feitas por membros do Gôverno francês e pelo Secretário Geral da ONU – no sentido de obter para os navios israelenses a liberdade de navegação no canal, lançou-se a desesperados esforços diplomáticos, visando a conseguir a inclusão dêsse direito entre os itens da solução final a que se vier a chegar, para o problema de Suez (BRASIL/ 166, 1956, p.01)

Diante de sua ausência na Conferência de Londres, Israel buscaria influenciar no curso das negociações envolvendo o Canal de Suez ao tentar persuadir outros atores internacionais acerca de sua demanda. Porém, mais uma vez, a sensação de frustração permanece nas impressões da Legação brasileira. Se a causa encontraria algum apoio entre franceses e o Secretário Geral da ONU, o relato sobre a posição estadunidense reforçaria as dificuldades israelenses (BRASIL/166, 1956). Segundo o texto, Dulles teria afirmado que a crise de Suez não abarcaria os problemas envolvendo Israel e Egito. De acordo com o Relatório ainda, o Secretário estadunidense também afirmara não crer na manutenção da proibição na circulação de navios com destino à Israel.

Se do ponto de vista dos relatórios da representação diplomática brasileira um dos pontos mais centrais sobre o aprofundamento da Crise de Suez dizia respeito à dificuldade israelense em garantir apoio ao estratégico tema da liberdade de circulação de navios no Canal de Suez, as leituras produzidas pela Embaixada Brasileira no Egito continuariam a dar ênfase às dimensões política e jurídica do processo. Reafirmando a complexidade da situação e a dificuldade em encontrar um rápido encaminhamento, o texto assinado pelo Embaixador Figueiredo sugere uma saída multilateral para a Crise, expressando otimismo quanto à possibilidade de evolução diante da presença de mediadores entre as partes interessadas diretamente no tema:

> Ainda hoje, poderá dizer-se, creio, a mesma coisa, isto é, que a questão do Canal de Suez, para ter uma solução justa e pacífica – como, no fundo, parece ser do desejo de todas as Partes – poderia ser mais eficientemente examinada se contasse também com a contribuição de países que não tenham interêsse direto na mesma, o que

> daria ao mundo mais uma prova de que não existe assunto que não seja suscetível de resolver-se com bôa-vontade, ao redor de uma mesa de trabalho emoldurada pela presença e pela cooperação, espiritual e política, de homens esclarecidos, quais seriam, por exemplo, os que formam a ONU, estabelecida precipuamente para resolver, em um ou em vários tempos, todos os conflitos internacionais, com a objetividade e a paciência indispensáveis às decisões que, pela sua própria natureza, mereçam ser consideradas como definitivas, diante da História (BRASIL/ 295, 1956, p.01-02)

Tendo em vista o cenário de dificuldades para a construção de consenso entre os atores diretamente ligados à Crise, a Embaixada Brasileira vislumbrava uma ampliação da mesa de negociação, incorporando países que possuíssem capacidade de arbitragem entre as posições divergentes. Chama atenção também a mobilização do exemplo da ONU e de seus homens ditos "esclarecidos" enquanto esfera potencial para a resolução dos impasses registrados após a nacionalização. Num momento de questionamento acerca de uma possível reforma nas Nações Unidas, o texto vai à contramão ao ressaltar a relevância da organização em múltiplos contextos de crise.

A leitura proposta pela representação brasileira no Egito alternaria entre o estabelecimento de alguns dos contornos da Crise e a manifestação de esperança quanto a uma solução pacífica, mesmo em médio ou longo prazo. Incidentes diplomáticos entre as partes interessadas foram relatados como uma característica inserida no contexto das dificuldades de negociação. Episódios como o envio de uma circular em inglês para a Embaixada da França no Egito representavam uma janela de análise quanto ao cenário adverso estimulado pelos protagonistas da Crise:

> Refirmo à Secretária de Estado êsse pormenor, tão insignificante na sua essência, para que fique evidenciado como nem sempre prevalece, aqui e no exterior, neste momento, um ambiente de confiança recíproca; imaginemos, então, a prevenção com que serão tratados os altos conceitos, ou os interêsses visíveis e invisíveis, desta questão, pelos Gôvernos talvez preocupados, igualmente, em demonstrar que desfrutam de insuperável prestígio, nacional e internacional (BRASIL/ 295, 1956, p.03)

Pequenos atritos se tornavam grandes ingredientes de desconfianças múltiplas, segundo o Mês Político nº 8. Nesse ambiente de incertezas, o relato sobre a movimentação dos países nas negociações expressava a existência de diferentes alternativas postas à situação de Suez. Se países árabes e outros Estados teriam acenado positivamente com a proposta egípcia de uma nova Conferência, outros atores tendencialmente mais próximos da posição estadunidense mantinham uma porta aberta para o aceite de outras propostas. Assim, o fracasso envolvendo as primeiras tentativas de acordo e o mal-estar diplomático entre determinados

CC BY NC SA

países convivia paralelamente com os esforços de construção de uma saída pacífica, segundo a Embaixada.

No mês seguinte, o relatório encaminhado à Secretaria de Estado apresentaria uma evidência sobre a necessidade de mediação da Crise. Ao indicar uma melhora nas negociações, manifesta na então recente declaração do chanceler egípcio no Conselho de Segurança da ONU, Figueiredo imputou a mudança no cenário à ação diplomática dos indianos, o que sustentava indiretamente sua posição de ampliação da mesa de negociação. Contudo, questões jurídicas ainda permeavam os olhares atentos da Embaixada no Egito. O principal ponto residia nas interpretações sobre a Convenção de Constantinopla.

Conforme Maria Yedda Leite Linhares (1953), a Convenção foi assinada pelas principais potências europeias, além do Império Austro-Húngaro, em 1888, visando regulamentar a natureza internacional do Canal de Suez, garantindo a livre circulação inclusive em tempos de Guerra. Para a referida autora, apesar da sobrevivência da Convenção ao longo de décadas, alguns aspectos do seu conteúdo foram marginalizados diante de elevações nas tensões em nível regional e mundial. O principal aspecto levantado pelo Mês Político nº 9 residia na interpretação proposta pelos egípcios sobre o artigo 14 da Convenção. Em ofício encaminhado um dia antes do Relatório, a Embaixada Brasileira encaminhou um recorte de um jornal egípcio contendo 17 artigos que compunham a referida Convenção. Conforme o décimo-quarto artigo, “As altas partes contratantes concordam que os compromissos decorrentes deste tratado não serão limitados pela duração dos atos de Concessão da Companhia Universal do Canal de Suez” (BRASIL/ 340, 1956, p.02, tradução nossa).[24] Abria-se uma polêmica frente à relação existente entre o Canal e a Companhia que o administrava. Segundo as impressões da representação diplomática brasileira, os egípcios defendiam que tal artigo assegurava a permanência do documento de 1888 na regulamentação dos direitos e deveres dos Estados envolvidos em tal contenda. Do ponto de vista do aprofundamento da Crise, a perspectiva egípcia reiterava a divisão entre as relações do país com a Companhia do Canal frente aos direitos de livre circulação e a regulamentação prevista pela Convenção. Nesse sentido, a legitimidade da nacionalização estaria assegurada mesmo diante dos questionamentos político-jurídicos sobre a legislação e seu funcionamento.

E o Brasil diante do complexo cenário envolvendo o Canal de Suez? Nos relatórios analisados, uma menção elogiosa às posições da diplomacia brasileira pode ser encontrada na

24 No Original: “Les hautes parties contractantes conviennent que les engagements résultant du présent traité ne seront pas limités par la durée des actes de concession de la Compagnie universelle du canal de Suez” (BRASIL/340, 1956, p.02)

documentação encaminhada pela Embaixada Brasileira no Egito. No relatório encaminhado em setembro de 1956, Figueiredo elogiou a maneira como o Brasil lidou com a nacionalização do Canal de Suez, ao defender uma 'solução justa' e pacífica:

> Essa atitude ponderada, imparcial, do nosso Govêrno terá sido, certamente, muito apreciada pelas Autoridades dêste país, como o será por todos que a conheçam, porquanto deixa evidenciado, mais uma vez, o bom senso que prevalece nos conselhos responsáveis do Brasil, devidamente equidistante dos interêsses em jôgo – Bem dizia, há cerca de trinta e cinco anos, quando eu servia como Segundo Secretário da nossa Missão Diplomática em Berlim, Aristides Briand – que ocupou cinco vezes a Pasta dos Negócios Estrangeiros e foi, igualmente, Presidente do Conselho de Ministros da França, no sentido de um dos seus magistrais discursos - : 'Seguir correntes, inclusive as de opinião pública, é sempre fácil; o difícil, isto é, o mais conveniente ao homem de Estado, consiste em observá-las ou acompanhá-las de perto, mas de modo a não correr o risco de ser arrastado por elas, a fim de conservar nas mãos livres para, oportunamente, melhor defender o verdadeiro interêsse do país' (BRASIL/295, 1956, p. 05-06)

Louvando a postura brasileira, a manifestação de uma equidistância diante de um contexto crítico era, na visão da Embaixada, um fator de reafirmação de bom senso e experiência da diplomacia brasileira. Sem estabelecer maiores considerações, Figueiredo considerou ser essa posição também coerente com as expectativas egípcias, evidenciando certa autonomia brasileira ao mobilizar princípios de ação para construir sua posição acerca de um complexo tema. Novas demonstrações de equidistância no contexto da Crise de Suez podem ser vistas no discurso de Cyro de Freitas Valle no âmbito da XI Assembleia Geral da ONU, em novembro de 1956. Segundo o diplomata, o Brasil defendia a construção de uma solução que conciliasse os interesses dos usuários do Canal e preservasse a condição soberana do Egito (CORREA, 2012). Mas tal postura também não se confundia com a existência de posições divergentes no seio da sociedade brasileira. Conforme mostrou Frederico Vélez (2016), diversas manifestações no Rio de Janeiro e em São Paulo expuseram posições divergentes sobre o aprofundamento da Crise e a posterior Guerra. Na capital brasileira, alguns estudantes foram à Embaixada do Egito manifestar a intenção de ir ao país lutar contra os agressores. Por outro lado, membros das comunidades judaicas também se posicionaram diante dos acontecimentos, organizando manifestações no Rio de Janeiro e disputando os sentidos do conflito a partir da imprensa (VÉLEZ, 2016).

Do Egito e de Israel, ângulos heterogêneos sobre a crise de Suez foram fornecidos pelas representações diplomáticas brasileiras. No primeiro país, Carlos Maximiliano Figueiredo enfatizava a complexidade da nova fase da Crise, ressaltando as dificuldades de construção de encaminhamentos a partir de suas dimensões: a política e a jurídica. De Tel-Aviv, um volume

menor de considerações da Legação Brasileira reiterava a postura israelense diante dos acontecimentos, tentando emplacar, ainda que sem sucesso, suas demandas em favor da liberdade de circulação no Canal de Suez e no Golfo de Ácaba. Contudo, um inesperado desfecho parecia surpreender os brasileiros situados nos dois países vizinhos.

Em 3 de novembro de 1956, o Mês Político nº10 da Legação Brasileira em Israel abordou os primeiros movimentos da Guerra de Suez. Antes de chegar ao assunto propriamente dito, as tensões envolvendo Israel e Jordânia e as discussões acerca da estratégia israelense frente aos seus vizinhos ocuparam os primeiros parágrafos do Relatório Político. Comentando sobre a apresentação do primeiro ministro David Ben-Gurion de um documento anual sobre a política internacional de Israel e os debates sobre a segurança daquele país, a Legação afirmou que a principal preocupação do político israelense dizia respeito à conservação da paz, ameaçada diante das ações de fronteira dos vizinhos e da ação insuficiente da ONU para conter tais movimentos. Contudo, a prioridade de Tel-Aviv em fortalecer sua defesa não seria condizente com a tese da Guerra Preventiva. É o que se pode verificar a partir de uma citação mobilizada no próprio Relatório:

> Como o faria qualquer outro país, estava então Israel disposto a dar cumprimento a seus elementares deveres de auto-defesa: 'O Governo de Israel não permitirá que seu país seja transformado num inferno; os assassinos e aquêles que os enviaram não escaparão impunes, e a punição será severa'. Isso não queria dizer, contudo, que se devesse passar à guerra preventiva: 'Meus colegas do Govêrno e eu pessoalmente não aceitamos êste ponto de vista. Somos pela auto-defesa e, se atacados, lutaremos com tôdas as nossas fôrças até o fim, vale dizer, até a vitória. Mas temos consciência dos horrores da Guerra e da destruição que ela traz para a vida e a propriedade. Não acreditamos que a guerra traga soluções válidas para os problemas históricos, soluções permanentes pelo menos e, por êste motivo, não ansíamos pela luta. Em face da crescente gravidade da ameaça egípcia, consideramos nosso dever fazer esforços desesperados por reforçar o equipamento do nosso exército, a fim de afastar o inimigo da guerra e, bem assim, por preservar a paz, na medida em que isto depender de nós. A paz nos é preciosa porque consideramos preciosas as vidas dos homens' (BRASIL/ 183, 1956, p.03-04)

Relacionando tal trecho atribuído ao Relatório de Gurion com a aprovação do mesmo documento pela grande maioria dos votantes no parlamento, a Legação concluía que não era possível imaginar que Israel invadisse o Egito poucos dias depois. Tendo como um dos principais expoentes Moshe Dayan, a estratégia da Guerra Preventiva estimulava a provocação dos árabes, sobretudo os egípcios, para o início de um conflito armado que pudesse culminar com uma possível derrubada de Gamal Abdel Nasser em caso de derrota. Conforme Avi Shlaim (2004), a nomenclatura de tal estratégia era equivocada, pois partia do princípio de que o

CC BY NC SA

governo do Cairo tivesse pretensões de atacar Israel.[25] Na visão daqueles que defendiam essa estratégia, a queda de Nasser era uma condição para a própria segurança israelense, considerada capaz de ser violada com o acordo para compra de armas entre Egito e Tchecoslováquia.

O fracasso nas conversações secretas entre Israel e Egito pouco tempo após a subida dos militares ao poder, os poucos resultados da Missão Anderson e a queda de Moshe Sharrett no governo israelense favoreceram o avanço das teses mais radicais dentro da estratégia de Tel-Aviv sobre o conflito árabe-israelense, priorizando o desenvolvimento de ações mais ofensivas em relação aos inimigos. Assim, com a nacionalização do Canal de Suez, Ben-Gurion enxergou a possibilidade de um cenário favorável para a queda de Nasser (SHLAIM, 2004). Negociações secretas entre franceses, israelenses e britânicos culminariam com a constituição de um plano para invasão do Egito e derrubada de seu Coronel. Nesse sentido, se a política de Gurion para a Legação Brasileira seria estimular o desenvolvimento bélico de Israel como um fator de dissuasão de qualquer tentativa de ataque árabe,[26] as negociações para uma ação militar contra o Egito davam outro tom à suposta relutância do primeiro-ministro quanto ao que se conhecia como uma "Guerra Preventiva" (BRASIL/183, 1956).

No diagnóstico da representação brasileira em Tel-Aviv, fatores como os atritos na fronteira entre Israel e Egito, a vitória de partidários do nasserismo na Jordânia e as negociações entre egípcios e sírios sobre um comando militar unificado não poderiam explicar a aparente mudança na estratégia israelense, tendo em vista a posição aprovada sobre a chamada Guerra Preventiva. Diante da insuficiência de tais elementos, o que foi chamado de "explicação plausível" dizia respeito ao estímulo externo pra a ação israelense. Para Nelson Tabajara de Oliveira, a resposta estava no estreitamento de laços entre França e Israel:

> É claro que o Govêrno israelense não se teria lançado à aventura, se não tivesse certeza de que uma fôrça maior viria, direta ou indiretamente, em seu auxílio. O contrário seria suicídio. Se à luz dessa interpretação revermos certos fatos, começará então a delinear-se, por trás da súbita decisão do Governo de Israel, a existência de um estímulo. A ação da diplomacia francesa, para ser mais positivo (BRASIL/ 183, 1956, p.05-06)

25 A própria Legação registrava que um ataque egípcio parecia improvável. Nos primeiros comentários sobre o início da Guerra de Suez, consta no Relatório Político nº10 que "Nada de concreto havia, demais, que indicasse a iminência de um ataque egípcio a ser anteparado, como, aliás, veio a provar o completo despreparo em que foram apanhadas as fôrças militares egípcias pela ofensiva israelense" (BRASIL/ 183, 1956, p.05).

26 Compreende-se a dissuasão como um recurso intrínseco ao relacionamento político entre indivíduos e unidades políticas no qual um determinado ator decide rever uma determinada posição ou intenção diante do cálculo sobre as "consequências possíveis, das punições previstas ou da execução de uma ameaça" (ARON, 1979, p.391).

Propondo uma reconstituição do movimento de aproximação entre Tel-Aviv e Paris, o texto da legação enfatizava a convergência de posições entre os dois países e o fornecimento de armamentos por parte da *l'hexagone*. Além disso, movimentações militares francesas em Israel alimentariam a tese de que havia uma articulação entre os dois países na ação armada que desencadeou a invasão ao Egito.

Como se pode perceber, nos primeiros registros da Legação Brasileira em Israel não houve menção ao envolvimento britânico nas articulações contra o Egito. A incerteza da representação brasileira seria registrada no relatório subsequente. Datado de 9 de dezembro de 1956, quase um mês após o cessar-fogo, o Mês Político nº11 continuaria a analisar a Guerra de Suez e seus desdobramentos. Na visão apresentada por Tabajara de Oliveira, apesar dos rumores reconhecidos sobre uma possível ação articulada entre israelenses, britânicos e franceses, somente a História, a partir da "verdade completa e documental dos fatos" (BRASIL/ 198, 1956, p.02), teria condições de fazer uma avaliação mais precisa. Assim, diante de um processo inconcluso, o autor reconheceria as limitações de sua análise ao legar ao futuro maiores possibilidades de compreensão mais profunda sobre o processo que desencadeou a Guerra de Suez.

Porém, a demarcação das incertezas existentes ainda sobre o processo que desencadeou uma Guerra daquelas proporções daria lugar aos esforços de elaboração de conclusões sobre aquele contexto. A primeira delas dizia respeito ao fracasso da Guerra Preventiva (BRASIL/198, 1956). Na visão da Legação, o fracasso israelense em Suez evidenciou a incapacidade de tal estratégia:

> Uma guerra preventiva, com efeito, só poderia ser realmente decisiva se, com ela, viesse Israel ou a conquistar os países árabes que o cercam, neles impondo a sua ordem, ou a produzir a substituição, ali, dos regimes hostis por outros, dispostos a conviver com o país judeu. Nenhum desses desenvolvimentos é viável, porém, nas condições geográficas, históricas e políticas do Oriente Médio e, assim sendo, por mais estrondosa que pudesse ser qualquer vitória inicial israelense, não seria nunca de molde a modificar a situação de fato de um pequeno povo de um milhão e meio de indivíduos, a debater-se no seio da massa de dezenas de milhões de árabes, que o abafam e o tentam estrangular. Tanto mais que o problema não poderia ser resolvido assim circunscritamente, no plano apenas do Oriente Médio, havia a considerar tôdas as conexões e interdependências, que poriam inevitavelmente, em movimento fôrças de amplitude mundial, numa época em que os horrores da guerra termo-nuclear tornaram a solução pacífica dos conflitos aspiração universal e na qual, por conseguinte, haveria de recair, como recaiu, a condenação mundial sôbre quem ousasse assumir o papel de agressor (BRASIL/ 198, 1956, p.01-02)

Se a Guerra Preventiva perpassava a construção de um conflito generalizado, capaz de garantir a hegemonia israelense entre os árabes, o cenário traçado em Suez se mostraria mui-

to distante de um esforço dessa natureza. Para Nelson Tabajara de Oliveira, o que levou Israel a colocar em prática uma estratégia controversa foi a persuasão externa. Em sua visão, a exportação de uma crença de que o contexto após a nacionalização do Canal de Suez representaria "um momento histórico único" teria influenciado os israelenses (BRASIL/ 198, 1956, p.02). Na composição dessa conjuntura falsamente favorável a Tel-Aviv, estariam as eleições presidenciais estadunidenses e os problemas russos na "Europa Ocidental" (BRASIL/ 198, 1956, p.02). Nesse sentido, partindo da perspectiva da Legação Brasileira, uma determinada leitura sobre a dinâmica dos fatores sistêmicos teria proporcionado uma equivocada compreensão acerca das oportunidades de um movimento tão arriscado como aquele efetuado em Suez.

Como reconhecido no próprio relatório, a empreitada anglo-franco-israelense em Suez encontrou barreiras a partir de constrangimentos sistêmicos. Israel teve de recuar diante das oposições estadunidense e soviética à ação contra o Egito. Naquilo que aproximava o mundo supostamente de uma Terceira Guerra Mundial, o próprio cenário de disputa entre as superpotências serviu de um fator adverso às pretensões da coligação anglo-franco-israelense (SOARES, 1989). Os dias que se seguiram após o início da intervenção francesa e inglesa no conflito foram marcados pela emergência de pressões internacionais, no sentido do estabelecimento de garantias para o fim das hostilidades. Além das ameaças soviéticas aos beligerantes, a desaprovação também partiu dos EUA. Apesar da desconfiança em relação à Nasser, a empreitada dos aliados desagradou Washington, ao observar tanto o desgaste proporcionado pelo episódio entre os Estados do chamado Terceiro Mundo quanto ao temer possíveis ações soviéticas no contexto.

Nesse espírito, a postura estadunidense se fez valer em pelo menos dois sentidos: apoio às resoluções que condenavam o conflito e pressão para o recuo dos aliados. Do ponto de vista das ações diplomáticas, Luiz Salgado Neto aponta para um fato relativamente inédito ao longo da trajetória da Política Externa dos EUA na Guerra Fria:

> Eisenhower julgava inconcebível que os Estados Unidos tivessem de travar uma guerra nuclear por conta de interesses britânicos e franceses. O primeiro passo dos norte-americanos foi tentar demover a coalizão por meio da diplomacia. Quando a questão foi levada a ONU, os norte-americanos apresentaram ao Conselho de Segurança duras resoluções contra a França, a Grã-Bretanha e Israel (aliás, resoluções idênticas às apresentadas pelos soviéticos). Tais resoluções, evidentemente, foram vetadas por franceses e britânicos. Com efeito, em todas as votações, os Estados Unidos votaram da mesma forma que a União Soviética, contra a França e a Grã-Bretanha. Esta foi a única vez em que isso ocorreu durante a Guerra Fria (SALGADO NETO, 2012, p.102).

Diante de um processo de deterioração da situação regional após o início das ações armadas, as tentativas de costura de uma solução diplomática para o fim da crise não encontraram um desfecho positivo diante do poder de veto de dois dos principais atores beligerantes. Na ausência disso, os sinais de convergência relativa entre EUA e URSS passaram do campo diplomático para a dimensão estratégica, considerando o desenvolvimento de ações que, de diferentes modos, encaminhavam o desenvolvimento de constrangimentos aos agressores. Se de Moscou as principais movimentações se davam no sentido de um apoio diplomático e militar indireto ao Egito, além da ameaça de uma possível intervenção em caso da manutenção das ações dos invasores no território aliado, Washington também estabelecia canais de comunicação diretos na tentativa de influenciar em um recuo dos aliados:

> Furioso com o fato de Eden ter ignorado suas advertências, Eisenhower deteve abruptamente o ataque anglo-franco-israelense ao Egito, ao cortar o apoio para a libra esterlina, deixando Londres sem recursos. A verdadeira posição dos aliados europeus dentro da ordem norte-americana do pós-guerra, normalmente envolta em ficções decorosas de solidariedade atlântica, foi, assim, elucidada de forma brutal (ANDERSON, 2015, p.83?)

Somando-se às pressões exercidas contra Israel, Eisenhower estabelecia os limites entre os laços existentes com os Estados beligerantes e a tolerância de uma ação que se mostrara desastrosa internacionalmente. Diante do cenário adverso, Paris e Londres aceitaram a determinação da ONU sobre um cessar-fogo imediato em 6 de novembro de 1956. Dias depois, Israel anunciava o fim das ações militares no Egito e o início de um processo de retirada de suas tropas do território egípcio.

4 ENTRE ATOR E TESTEMUNHA: AVALIAÇÃO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA ENTÃO EM CURSO

Do ponto de vista da Embaixada Brasileira no Egito, os acontecimentos em Suez estimulavam uma leitura histórica mais profunda sobre a experiência egípcia. No Mês Político nº10, datado de 26 de novembro de 1956, a representação diplomática brasileira no Cairo reconstituía uma trajetória egípcia a partir das aspirações de uma efetiva independência:

> Conforme registra a história, a grande maioria do povo egípcio, há muitas centenas de anos, tem sofrido enormemente, tratado onde foi como escravo, mesmo pelos seus compatriotas, desde os tempos dos Faraós, assim como por algumas potências estrangeiras.

> Em agôsto de 1952, imediatamente após a Revolução, que implantou a República e expulsou automaticamente, o Rei Farouk e seu regime, as condições gerais do país começaram a melhorar, paulatinamente, quando assumiu o Gôverno o General Mohamed Naguib, que, a 14 de novembro de 1954, passou a chefia ao Tenente-Coronel Gamal Abdel Nasser
> O presidente Nasser, ao tomar conta do Governo, esforçou-se, imediatamente, no sentido de elevar o nível de vida de seus concidadãos, sobretudo os pertencentes às classes menos favorecidas e que representam cerca de 80% da população do país (BRASIL/399, 1956, p.01-02)

Na demarcação de uma ruptura histórica com a derrubada da monarquia em 1952, Carlos Maximiliano Figueiredo partiu de uma perspectiva bastante próxima das narrativas oficiais do novo regime, ao considerar a ascensão dos militares como um fator revolucionário social e politicamente para o Egito. Na afirmação de uma vanguarda militar no processo de transformação do país, coube uma inusitada comparação entre os tempos de Nasser e a passagem entre o Império e a República no Brasil do final do século XIX. Segundo Figueiredo, em ambos os casos, "a Nação não estava suficientemente preparada pra receber os benefícios morais e materiais consequentes a tais movimentos" (BRASIL/399, 1956, p.02).

Vendo em Nasser o homem forte do Egito, a condução das relações exteriores do país adquire contornos quase que pessoais, centralizando os processos políticos em torno de sua figura.[27] Assim, na narrativa proposta pelo Relatório Político, o egípcio foi aumentando suas ambições na política internacional, buscando consolidar-se entre as grandes potências e costurar maior apoio entre os Estados Árabes. Um capítulo que mereceu especial destaque foi sua participação em Bandung. Na visão de Figueiredo, a referida Conferência representou um marco na trajetória recente do Egito ao colocar Nasser diante de "Representantes oficiais e propagandistas da ideologia e do regime comunista" (BRASIL/ 399, 1956, p.02) . A partir de tal experiência, a juventude de Nasser se aliava à capacidade de persuasão dos comunistas, abrindo um relacionamento entre o Cairo e Moscou:

27 A atribuição de certo personalismo à figura de Nasser na condução da política egípcia a partir dos olhares latino-americanos possuiu diferentes sentidos. Sobre a representação de Nasser como um "ditador", Bruno Rezende Santiago Chagas afirma: "Mesmo situando o Egito como uma ditadura, o Senador pernambucano Novaes Filho mostra admiração pela ousadia com que o governo desse país reivindicou para si a posse de seu patrimônio natural, o Canal e a disposição dos egípcios à luta. Essa identificação do Egito como uma ditadura, e seu presidente um ditador, é corrente entre os partidos conservadores brasileiros, notadamente PSD e UDN que compartilhavam certa frieza quanto ao espírito de Bandung, e os Não Alinhados. Incoerência da História, grande parte dos líderes políticos e homens públicos brasileiros que se definiam nacionalistas, mostravam-se céticos ou distantes daquele que foi o mais importante movimento de libertação nacional do Terceiro Mundo. Outros destacados nomes do parlamento brasileiro igualmente rotularam Nasser como um ditador" (CHAGAS, 2019, p.75). Por outro lado, alguns parlamentares, intelectuais e mesmo o futuro presidente Jânio Quadros atribuíam a Nasser uma posição de destaque dentro das transformações envolvendo um emergente Terceiro Mundo.

> Provavelmente empolgado pelo que terá ouvido nessa ocasião, o Presidente Nasser, homem moço, que conta hoje 38 anos de idade, ao regressar ao Egito, 3 de maio do aludido ano de 1955, continuou a ter contato com os Chefes de Missão da União Soviética e de seus satélites, os quais, como é de presumir, o convenceram de que conviria ao seu Govêrno fortalecer-se militarmente, o que foi aceito e realizado, com a notória transição de troca, por algodão egípcio, ou compra, de material bélico, por um valor, segundo consta, de L.E. 150. 000. 000, ou sejam, aproximadamente, 500 milhões de Dólares americanos (BRASIL/399, 1956, p.02-03)

Do governo que materializava os anseios para a transformação social e a conquista da soberania nacional do Egito, a construção de laços com os soviéticos e seus ditos satélites feriam supostamente esse último princípio. Na concepção da Embaixada, Bandung foi o ponto de partida para um perigoso e complexo relacionamento entre egípcios e soviéticos.[28] Além de suporte material, o discurso soviético aparece como instrumento de convencimento ao Egito para empreender uma cruzada antiocidental e expansionista. Apesar de contrapor o islã ao comunismo, estabelecendo certos limites na capacidade de influência soviética e dos comunistas locais sobre Nasser, a construção histórica proposta pela representação diplomática brasileira tendia a ver um papel soviético por detrás da deterioração das relações entre o Cairo e as principais potências ocidentais:[29]

> Os Representantes da União Soviética e de seus satélites, porém, como é do domínio público, não se preocupam com os meios para atingir fins; na ânsia de quererem apresen- apresentar-se como amigos, incondicionais do Egito, e apenas colimando, evidentemente, afastá-lo dos povos ocidentais, chegaram a provocar, conforme levei ao conhecimento do Itamaraty, no ofício-verbal, nº342, datado de 10 de outubro do corrente ano, justa reação do Chefe do Gabinete Político do Presidente Nasser, Senhor Aly Sabry, o qual, ao conceder, no dia 9 do mesmo mês, em Nova York, uma entrevista à imprensa, quanto às propostas russas em tôrno das negociações a res-

28 A relação entre Bandung e a constituição de um espaço antiocidental e anticomunista não foi exclusiva às concepções expressas pela Embaixada Brasileira no Egito. No prefácio da primeira edição de *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, o ex-chanceler João Neves da Fontoura afirmou que a presença chinesa na Conferência de 1955 objetivava "transformá-la numa espécie de levante político dos dois continentes contra as potências ocidentais" (BEZERRA DE MENEZES, 1956, p.14). Contudo, Adolpho Justo Bezerra de Menezes rebatia tal concepção, afirmando que a China não encontrou espaço para a propaganda comunista no evento e que este não assumiu um caráter antiocidental.

29 A concepção de um Egito alinhado aos interesses soviéticos contradiz outra impressão da Embaixada Brasileira naquele país, expresso no Relatório Político número 6. Referente ao mês de junho de 1956, uma passagem do documento comentava sobre a ida de Nasser à Iugoslávia. Nesta ocasião, o egípcio se encontraria com Tito e Nehru em Brioni. No texto assinado por Carlos Maximiliano Figueiredo, sugere-se uma expectativa internacional para tal encontro, especialmente diante da promessa de criação de uma "terceira-força", com compromisso de estabelecer um novo tipo de relacionamento entre os dois blocos (BRASIL/ 244, 1956, p 03). O otimismo cauteloso da representação diplomática culminaria com a defesa de um acompanhamento deste processo, o desenvolvimento de um projeto considerado "sincero" poderia trazer resultados positivos para as pretensões de uma paz mundial.

> peito da questão do Canal de Suez, se sentiu na obrigação moral de declarar, como declarou então, que 'l'Égypte a fait connaître son point de vue et qu'elle (Egypte) n'attend personne pour les exposer à sa place' (BRASIL/ 399, 1956, p.03-04)[30]

Mas Suez não traduziria apenas um esforço soviético em persuadir o Egito. Nas causas para a deterioração das relações entre egípcios e os demais Estados envolvidos no aprofundamento da Crise, Figueiredo elencaria também a postura das potências ocidentais, acusadas de tentarem impor seus interesses no contexto das negociações, cometendo "vários erros, de ordem psicológica e política" (BRASIL/ 399, 1956, p.03). Nesse processo de ampliação das tensões entre as partes, um mês depois a Embaixada informou a Secretaria de Estado sobre o processo de expropriação de bens de cidadãos britânicos, franceses e israelenses, além de outras minorias religiosas no país. Para a representação diplomática brasileira, tal comportamento do governo egípcio representava um "vexame" e um desvio de curso na postura de um povo considerado como hospitaleiro e de bom coração em "condições normais" (BRASIL/ 434, 1956, p.02).

Contudo, em meio ao clima de instabilidade entre os egípcios e as potências ocidentais, a Embaixada Brasileira no Egito alimentava uma expectativa sobre uma aproximação entre Nasser e os EUA. Desde o Mês Político nº7, a posição estadunidense frente ao aprofundamento da Crise de Suez era vista como receptiva à mediação. Somado a isso, a conjuntura internacional era vista como favorável para uma guinada na inserção externa do Egito:

> Confio, entretanto, em que agora, quando o mundo assiste às barbaridades com que está agindo a União Soviética, na Hungría, e definida a elevada ação que está sendo adotada pelos Estados Unidos da América com o intuito de favorecer a resolução do tão complexo problema do Canal de Suez, - o Chefe do Govêrno egípcio consulte a sua consciência interior de muçulmano e modifique, portanto, os têrmos de seus despachos que sejam endereçados aos aludidos dignitários russo e americano (BRASIL/399, 1956, p.05)

Na reunião de condições objetivas e subjetivas, Figueiredo expõe um cenário favorável para uma aproximação entre Washington e o Cairo. Sua leitura chamava atenção para a construção de uma visão otimista num contexto complexo quanto às possibilidades de aprofundamento nos laços entre egípcios e americanos. Se nos primeiros passos após a derrubada da Monarquia, os EUA constituíram um parceiro importante para o novo governo do Egito, considerando uma alternativa frente às relações com Londres, um processo de deterioração nas relações entre o Cairo e Washington foi se afirmando gradativamente.

30 'O Egito tornou seu ponto de vista conhecido e não está esperando que alguém o torne conhecido para ele'. (tradução livre)

Conforme David W. Lesch (2004), Nasser não foi nem amigo e nem inimigo dos EUA. Mesmo nos momentos de deterioração nas relações, Washington não rompeu relações com o Cairo. Se o governo estadunidense "não tinha tempo" para Nasser após o fracasso dos esforços de acordo com Israel e das expectativas sobre o papel estratégico do Egito (ANDERSON, 2015, p.78), o potencial do país africano jamais foi descartado. Uma intervenção militar no episódio da nacionalização do Canal foi descartada pelo governo estadunidense diante da repercussão negativa de tal fato para o Terceiro Mundo. Para Peter Hahn (2018), a pressão estadunidense para o fim da Guerra de Suez teria sido impulsionada por três motivos. Desde os temores sobre um aprofundamento nas relações entre Egito e URSS até uma possível intervenção de Moscou para defender o Cairo, passando pela secundarização da opinião pública mundial sobre a situação na Hungria, o ataque promovido pela coalizão anglo-franco-israelense ia num sentido contrário aos objetivos estadunidenses.

Apesar de convergir com a URSS pra cessar o conflito armado, as perspectivas dos EUA sobre o Egito foram ambíguas. A proclamação da chamada Doutrina Eisenhower coexistiu com as esperanças de ter Nasser como um aliado (MUFTI, 2018). Assim, a crença da Embaixada sobre um momento favorável para a mudança na inserção internacional do Egito encontrava uma barreira no complexo lugar ocupado por este país dentro dos objetivos estratégicos estadunidenses para o Oriente Médio. O nacionalismo árabe, que foi visto como uma ameaça às políticas de contenção ao avanço soviético em nível regional nos primeiros anos após Suez, posteriormente foi tratado como um aliado diante das mudanças na conjuntura regional com a derrubada da monarquia iraquiana (1958) e a ascensão de Qasim.[31]

Os meses que se seguiram após a nacionalização do Canal de Suez foram alvo do interesse da Embaixada Brasileira no Egito e da Legação Brasileira em Israel. Por meio dos relatórios políticos encaminhados mensalmente, o aprofundamento da crise a partir dos olhares da diplomacia brasileira evidenciavam a existência de uma situação complexa em nível regional e mundial. A partir das impressões e informações de sujeitos contemporâneos ao processo, verificamos o traçado de um cenário complexo, na qual peças faltantes e imprecisas conviviam com a junção de outros elementos capazes de contribuir para a construção de sentidos sobre

31 Na formação da República do Iraque, a luta pelo poder e as divergências sobre a inserção externa do país estimularam o confronto entre dois indivíduos: o primeiro ministro Abd-Al-Karim Qasim e Abdul Salam Arif. Enquanto o primeiro defendia uma via nacionalista, estabelecendo ressalvas quanto aos projetos de uma adesão do Iraque à República Árabe Unida, o segundo estava de acordo com os princípios mais gerais do nacionalismo árabe (DAWISHA, 2016). Afirmando-se no poder, Qasim cultivou relações com os comunistas iraquianos e estreitou laços com a URSS. Diante da aproximação entre Moscou e Bagdá, Nasser elevou as críticas sobre a URSS, sem, contudo, romper com este país. Tal contexto favoreceu uma ampliação na aproximação entre Egito e EUA, visível desde o surgimento da República Árabe Unida.

um processo distante geograficamente, porém se tornando mais próximo por quem constituía um pedaço do Brasil em terras egípcias e israelenses.

Entre uma das deliberações da Assembleia Especial de Emergência das Nações Unidas em novembro de 1956, a FENU assumiu características particulares que, do ponto de vista da sua composição, reaproximariam o Brasil em relação à conflituosa conjuntura no Oriente Médio. Conforme Norma Breda dos Santos, tal iniciativa consistia em uma "força simbólica, que não se destinava ao combate e sim à supervisão do cessar-fogo, à retirada das forças francesas, inglesas e israelenses do Sinai" (2002, p.271), além da constituição de um espaço neutro entre Israel e Egito. Numa configuração que favorecia a participação de atores considerados não envolvidos diretamente na crise e na Guerra, esteve o Brasil entre um dos países que mais forneceram homens para a Missão de Observação, encaminhando pouco mais de 3 mil no espaço de tempo de dez anos (1957-1967).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Peça integrante de um sistema internacional em transformação, o aprofundamento da Crise de Suez a partir da nacionalização da Companhia que administrava o Canal produziu alguns dos capítulos mais dramáticos da História mundial na segunda metade dos anos 1950. Diante de um processo de intersecção entre diferentes conflitos nas esferas local, regional e global, tal episódio chegou a ser temido por alguns de seus contemporâneos como o prenúncio de uma Terceira Guerra Mundial. Contudo, mesmo diante de tais tensões, os sentidos sistêmicos da Crise de Suez evidenciavam a existência de uma relativa nova configuração na política global, envolvendo não somente a afirmação do declínio das potências europeias (França e Grã-Bretanha) no mundo colonial, mas também a possibilidade de convergência entre EUA e URSS na abreviação do conflito.

Tendo em vista a complexidade do tema, as representações diplomáticas brasileiras em Israel e no Egito abasteceram o Itamaraty com informações e impressões acerca da Crise e da Guerra desencadeada entre outubro e novembro de 1956. Considerando os aspectos de interesse sobre os países em que se situavam, os relatórios políticos produzidos pela Embaixada Brasileira no Egito e a Legação Brasileira em Israel traçaram os caminhos de Suez a partir de ângulos distintos, porém capazes de evidenciar as tramas envolvendo alguns dos principais atores numa contenda que ia muito além da nacionalização em si. Enquanto Nelson Tabajara de Oliveira enfatizava as tentativas israelenses em interagir no contexto de negociação a partir da defesa da livre circulação de navios no Canal e também no Golfo de Ácaba, os textos assina-

dos por Carlos Maximiliano Figueiredo abordavam as dimensões político-jurídicas da crise, os impasses entre os Estados protagonistas e a possibilidade de soluções pacíficas dentro de um quadro de interesses divergentes.

Como atores e, ao mesmo tempo, testemunhas dos eventos envolvendo Suez após sua nacionalização, tais indivíduos pensaram a Crise a partir de problemas do presente, tais como o potencial de um conflito generalizado e a luta contra o comunismo. Olhando para o passado, também buscavam encontrar caminhos para compreender como a esperança em uma resolução pacífica se transformou em um conflito armado. No jogo de ideias entre Egito, Israel e Brasil, o processo de aprofundamento da Crise de Suez se tornou um desafio analítico para os diplomatas. Sujeitos que, no exercício de suas funções, desenvolveram perspectivas brasileiras para um episódio de repercussões mundiais.

REFERÊNCIAS

Fontes:

ACÔRDO Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida. 16 maio 1960. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1290?page=4&s=acordo%20cultural&tipoPesquisa=1. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira no Egito. Mês Político. Ofício nº 244, 13 de Julho de 1956 (Reservado). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº 266, 7 de Agosto de 1956 (Reservado). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº 295, 12 de Setembro de 1956 (Reservado). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº 343, 10 de Outubro de 1956 (Reservado). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº399, 26 de Novembro de 1956 (Reservado). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº 434, 8 de Dezembro de 1956 (Reservado). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. A questão do Canal de Suez. Texto da Convenção de 1888. Ofício nº 340, 9 de outubro de 1956. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Legação Brasileira em Israel. Mês Político. Ofício nº 132, 9 de agosto de 1956. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº145, 10 de setembro de 1956. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº 166, 8 de outubro de 1956. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº 183, 3 de Novembro de 1956. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

_____. Ofício nº 198, 9 de Dezembro de 1956. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Ofícios.

Bibliografia

ALARCON, Danillo. *As Relações Entre o Brasil e Oriente Médio na fase inicial da Guerra Fria (1947-1957)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021, 245 p.

ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos.* São Paulo: Boitempo, 2015.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações.* Brasília: Editora da UnB, 1979.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História:* especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do Século XX (1945-1973).* São Paulo: Companhia Nacional, 2007.

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A Política Externa do governo Kubitschek*. Brasília: Thesaurus, 1996.

CHAGAS, Bruno Rezende Santiago. *O Batalhão Suez e a projeção internacional do Brasil (1956-1967).* Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, v.16, n.2, 2003.

CORREA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas*: 1946-2011. Brasília: FUNAG, 2012.

DAWISHA, Adeed. *Arab Nacionalism in The Twentieth Century:* From Triumph to Despair. Nova York: Princetown University Press, 2016.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá***.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Frederico Antônio. Relações entre Brasil e o norte da África no XIX. *Faces da História*, v.6, n.2, 2019.

GOLDSCHIDT JR, Arthur. *A Brief History of Egypt.* New York: Facts on File, 2008.

GONÇALVES, Williams da Silva. História das Relações Internacionais. In: LESSA; Mônica Leite; _____ (Orgs.). *História das Relações Internacionais:* teoria e processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007

GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Letícia. *Análise de Política Externa:* o que estudar e por quê? Curitiba: Intersaberes, 2020.

GROSSMAN, Jonathan. Cordial Relations, Pragmatic Policies: Israel and Brazil, 1961-1964: Policy Making and Diplomacy in the Cold War Era. Department of Romance and Latin American Studies – The Hebrew University of Jerusalem, 2012, 119 p.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HAHN, Peter. National Security Concerns in US Policy toward egypt, 1949 – 1956. In: LESCH, David W.; HAAS, Mark L. *The Middle East and the United States:* History, Politics and Ideologies. New York; London: Routledge, 2018.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais:* história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

HRBEK, I. A África Setentrional e o Chifre da África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII*: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

LESCH, David W. Abdel al-Nasser and the United States: Enemy or Friend? In: PODEH, Elie; WINCKLER, Onn. *Rethinking Nasserism:* Revolution and Historical Memory in Modern Egypt. Gaineville: University Press of Florida, 2004

LINHARES, Maria Yedda Leite. As relações anglo-egípcias e o Sudão (Março 1950 – novembro 1951). Tese de concurso em História Moderna e Contemporânea, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1953.

MAJZOUB, Ismail. Desenvolvimento das relações Árabe-Brasileiras. In: Fundação Alexandre de Gusmão. *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe:* construção de perspectivas**.** Brasília: FUNAG, 2011, p.55-80. Anais do Seminário Internacional realizado em Brasília, junho de 2000.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das Relações Internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARSOT, Afat Lufti Al-Sayyid. The Liberal Experiment, 1922-52. In: _____. *A History of Egypt:* From the Arab Conquist to the present. Cambridge, 2007, p.98-126.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René. *Por Uma História Política.* 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MUFTI, Malik. The United States and Nasserist pan-arabism. In: LESCH, David W.; HAAS, Mark L. *The Middle East and the United States:* History, Politics and Ideologies. New York; London: Routledge, 2018

PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 42, n. 2, 1999.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SALGADO NETO, Luiz. A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). *Cantareira* (UFF), n. 17, 2012

SANTOS, Norma Breda dos. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Orgs.). *Israel – Palestina:* a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SANTOS, Mateus José da Silva. Conexões Rio de Janeiro-Cairo: possibilidades analíticas acerca das relações Brasil – Egito a partir da imprensa escrita (1950-1954). *Faces da História*, v. 6, n. 2, 2019.

_____. Ao 'Porta voz do Mundo Árabe': limites e possibilidades de estudos sobre as relações Brasil – Egito (1956). In: BRITO, Antônio Maurício Freitas; LIMA, Marcelo Pereira. *Anais do VI Seminário de História Política (VI SEHPOLIS):* 130 anos de República no Brasil. Salvador: UFBA, 2021, p. 139-166.

_____. *'Das Potências Não-Alinhadas':* o Egito e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África:* a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1996.

_____. História das Relações Internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento. In: _____ (Org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas:* da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SHLAIM, Avi. *A Muralha de Ferro:* Israel e o Mundo Árabe. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

SOARES, Jurandir. *Israel x Palestina:* as raízes do ódio. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

VÉLEZ, Federico. *Latin American revolucionaries and the Arab world:* from the Suez Canal to the Arab spring. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2016.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro:* multilaterização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *O Grande Oriente Médio:* da descolonização à primavera árabe**.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. *O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)*. Brasília: FUNAG, 2016.

CC BY NC SA